

## PRÁTICAS DE LETRAMENTO PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAL

Edilma Assis de Souza Barbalho<sup>1</sup>

### RESUMO

Neste trabalho proponho uma reflexão sobre a urgência do letramento para a educação das relações étnico-racial, que vise uma aprendizagem efetiva e integral do sujeito, possibilitando assim a formação e representação positiva de si e do outro. Tendo como objetivo reconhecer a importância do letramento para a educação das relações étnico-raciais e a necessidade de reparação dos sujeitos subjugados no processo de construção da sociedade brasileira. Fomentando a partir da educação infantil práticas de letramento racial que tiram o branco do lugar de privilégio, ao contar histórias dos povos que foram subalternizados e teve suas histórias contadas sob o ponto de vista ocidental. Sabe-se que o indivíduo nas suas relações cotidianas entra em contato com uma variedade de informações que a permite criar uma leitura de mundo particularizada, e é nesse sentido que a prática pedagógica voltada à educação letrada deve se efetivar, oportunizando o alcance de níveis qualitativos de aprendizagens. Vale ressaltar que não será a exclusão da história ocidental, mas a inserção das outras histórias que foram negadas para que haja representação de todos os sujeitos que contribuíram/contribuem na formação da sociedade brasileira, promovendo o conhecimento de outros tipos de representações e padrões a serem seguidos, sanando assim, com o epistemicídio e avançando caminhos que conduzam uma educação antirracista. A fim de apresentar fundamentações para um letramento racial que desconstrua uma educação cristalizada no modelo hegemônico de ensino e explorar as possibilidades de uma educação orientada em múltiplas histórias e outros letramentos.

**Palavras-Chave:** Educação para as relações étnico-raciais, Letramento racial, Práticas de letramento.

### INTRODUÇÃO

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.

Paulo Freire, 1970

Este artigo deseja apresentar a urgência do processo de letramento para a educação das relações étnico-racial, que vise uma aprendizagem efetiva e integral do sujeito,

---

<sup>1</sup> Mestranda do curso de Crítica Cultural, Universidade Estadual-BA, [dilmaprofa@gmail.com](mailto:dilmaprofa@gmail.com).

possibilitando assim, a formação e representação positiva de si e do outro, por reconhecer a importância deste letramento e a necessidade de reparação dos sujeitos subjugados no processo de construção da sociedade brasileira. Portanto, visa práticas de letramento racial a partir da educação infantil, que validem as histórias que foram contadas sob o ponto de vista ocidental, dos povos que foram subalternizados, em especial os afrodescendentes e os indígenas.

A epígrafe dialoga com este trabalho, quando nos propõe uma reflexão sobre valores, crenças, atitudes e comportamentos que promovem a compreensão do racismo, discriminação, preconceito e como isso gera um impacto em nossas vidas. Perceber que as identidades raciais são construídas e conhecer a História é o que nos dará subsídios para enfrentar o racismo e preconceito, sendo uma luta de todos: de negros e não negros, indígenas ou não-indígenas e brancos e não brancos.

Este trabalho está dividido em duas seções que vão trazer algumas fundamentações que foram construídas ao longo das aulas do componente Políticas de Letramento e que apresentaram forte conexão com a minha pesquisa em curso, que visa analisar como a Escola Maria Felipa, primeira Escola Afro-Brasileira, propõe o seu currículo orientado pelos marcos teórico-práticos e decolonias na educação infantil.

Na primeira seção, trata-se do porquê de letrar para as práticas sociais, e entender como uma sociedade letrada, promove e reconhece letramentos múltiplos. Tendo em vista a integração e a mobilidade social do indivíduo, além de colocar o ensino numa perspectiva produtiva usando a linguagem oral e escrita como base nas interações socioculturais. Destacando a importância do uso social da escrita dentro e fora da escola através de contextos significativos, desenvolvidos por um trabalho de alfabetização e letramento eficaz e ricamente produtivo.

A segunda seção, versa sobre o letramento racial e a sua importância para a promoção da educação para as relações étnico-racial. O debate acontece sobre a necessidade de instrumentos para entender e enfrentar a dinâmica racial, sendo considerado como o primeiro passo para se chegar às atitudes antirracistas. Além de apresentar o cenário onde o conceito de letramento racial foi empregado pela primeira vez, como é conceituado e qual a importância deste letramento para a formação de cidadãos conscientes, respeitosos, e que promovam a igualdade e justiça social.

As considerações transitórias, acontece por meio da tecitura das seções apresentadas e discorre sobre como o letramento racial é um conceito potente que convoca

à reflexão e exige posicionamento teórico e prático, para que de fato seja garantida a sua implementação de forma exitosa nas unidades de ensino.

## **POR QUE LETRAR PARA PRÁTICAS SOCIAIS?**

Numa sociedade letrada, o objetivo do ensino deve ser o de aprimorar a competência e melhorar o desempenho linguístico do educando, tendo em vista a integração e a mobilidade social do indivíduo, além de colocar o ensino numa perspectiva produtiva usando a linguagem oral e escrita como base nas interações socioculturais. Destacando a importância do uso social da escrita dentro e fora da escola através de contextos significativos, desenvolvidos por um trabalho de alfabetização e letramento eficaz e ricamente produtivo.

Sabe-se que o indivíduo nas suas relações cotidianas entra em contato com uma variedade de informações que a permite criar uma leitura de mundo particularizada, e é nesse sentido que a prática pedagógica voltada à educação letrada deve se efetivar, oportunizando o alcance de níveis qualitativos de aprendizagens.

Diante disso, na medida em que a escola, como agência de letramento, tomar consciência de sua posição política, articulando conteúdos significativos a uma prática de letramento também significativa, desvinculando-se da função tradicional de mero transmissor de conteúdos e, conseqüentemente, de mero repetidor do pensamento ocidental, transformará o ensino da leitura e da escrita. Segundo Magda Soares (2003), o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que esse indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado.

Enquanto a alfabetização está vinculada ao ensino dos elementos básicos do código, o letramento identifica-se com a cultura oral na medida em que valoriza o pensar dentro de práticas sociais de leitura e da escrita. Os Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa (1998), afirma que:

O domínio da língua oral e escrita é fundamental para garantir a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso a informações, expresso e defende ponto de vista, partilha e constrói visões de mundo, produz conhecimento. Por isso ao ensiná-lo, a escola tem a responsabilidade de assegurar a todos os seus alunos o acesso a saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania, direto inalienável de todos (PCNs, 1998).

Neste sentido, a escola deve oportunizar aos seus alunos o desenvolvimento de competências linguísticas, textuais e comunicativas, possibilitando-lhes inclusão no

mundo letrado, não apenas o aceitando, mas, sobretudo, questionando-o. Além das práticas pedagógicas que devem permitir reflexões sobre o mundo social e sobre representações eurocêntrica que desnaturalizam fenômenos de ordem social, como racismo e as desigualdades sociais, percebendo que descontinuidades históricas são fruto de conhecimento e decisões.

Desta forma, a escolas tem que pensar o letramento como responsável por produzir resultados importantes na vida dos indivíduos, tais como: desenvolvimento cognitivo e econômico, mobilidade social, progresso profissional e cidadania. Para Soares (2003), não se faz necessário apresentar justificativas para insistir que as escolas são obrigadas a desenvolver nas crianças as habilidades de letramento que as tornarão aptas a responder a estas demandas sociais cotidianas, essa é sua função social.

Vivenciamos momentos em que os padrões da vida social estão sendo questionados, pois somos levados a repensar nossas verdades a todo instante. Esse momento de reflexão se dá por meio das práticas de letramento que possibilitam a compreensão dos modos atuais de experienciar a vida social ou as novas identidades que vem resistentemente, saindo das margens e da condição de subalternidade, em grandes movimentos que visam a coletividade e vem ganhando força, representatividade e poder de fala.

Um dos exemplos de práticas de letramento na luta pelo coletivo, é o Movimento Negro. Que por meio de décadas de luta conquistou uma grande vitória para o povo brasileiro, em especial aos afrodescendentes, com a criação da Lei 10.639/03, em 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei 9394/96 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB e torna obrigatório o ensino de História e Cultura da Africana e Afro-Brasileira no país em todas as escolas da rede pública e privada, em todos os níveis, modalidades e etapas de ensino. Sendo modificada, posteriormente em 10 de março de 2008, pela Lei 11.645/08 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Aos vinte e um anos, já em sua maioria, a Lei 10.639/03 ainda se mantém tímida em sua efetiva implementação nos espaços de ensino de todo o país. Sem falar também, da debutante, a Lei 11.645/08, que encontra a mesma dificuldade de implementação efetiva. E a escola, enquanto agência de letramento tem o compromisso de garantir o cumprimento das referidas Leis, promovendo e oportunizando práticas de letramentos para a promoção de uma educação para as relações étnico-racial.

Entendemos que a construção da identidade é regularizada pela construção social, histórica, cultural e plural. E sendo a escola, uma das principais agências de letramento Rojo (2009), nota que se deve estabelecer a relação, o transpasse entre as culturas e letramentos locais/globais dos alunos e a cultura valorizada que nela circula ou pode vir a circular. Esta intervenção promove a problematização do discurso hegemônico e da globalização que desrespeita as diferenças. O que implica diretamente na função social da escola para a garantia de um olhar voltada para a educação das relações étnico-racial.

É lamentável que no Brasil, a escola, lugar fundamental para o indivíduo desenvolver sua capacidade de linguagem e letramento, continue limitando-se, na maioria das vezes, a um ensino mecânico de silenciamento, com padrões sociais de vida obsoletos que promovem a reprodução de estereótipos hegemônicos. Já que, a promoção de tais práticas de letramento de linguagem voltados a apropriação de conhecimentos sobre as relações históricas e culturais entre o continente africano e o Brasil, promovem a formação de atitudes e valores frente a diversidade étnico-racial.

Para Street (2014) o uso dos letramentos pode ser diferente do da cultura dominante e precisa ser levado em conta para que seja possível entender a experiência letrada dos povos subjugados. Pois, entende-se que a imposição do letramento eurocêntrico, promove o silenciamento desse povo, desconsiderando as práticas culturais construídos em outras bases sociais. A escola precisa garantir práticas de letramento que promovam o respeito e a valorização dessa pluralidade cultural. Para Moreira e Candau, (2000)

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar (MOREIRA e CANDAU, 2000, p. 161).

As questões culturais não devem ser mais ignoradas na escola, e esta, deve romper com os modelos homogeneizados e padronizados que deixam as margens outros saberes e culturas não canônicos, distanciando-se cada vez mais do universo simbólico das crianças, jovens e adultos. Em contrapartida, é necessário o uso da ferramenta que Ferreira (2015), chama de letramento racial crítico<sup>2</sup> para compreender este contexto político, ideológico e social em que estamos inseridos.

---

<sup>2</sup> Letramento racial crítico é apresentado como o ponto de partida de uma educação antirracista, assim, busca educar sujeitos para uma prática não racista. Objetivou-se apresentar o conceito de letramento racial como possibilidade de ação na luta contra o racismo dentro e fora da escola.

O letramento para a educação das relações étnico-racial deve acontecer a partir da educação infantil, por ser esta, a etapa onde a criança desenvolverá competências e habilidades que a auxiliará em sua jornada na vida escolar e acadêmica. Onde acontece a primeira socialização fora do seio familiar e onde as crianças começarão a experimentar a diversidade. Por ser este, um espaço de socialização e aprendizado, a instituição de ensino tem impacto direto na vida das crianças. É nela que as crianças serão apresentadas à cidadania, à cultura e, principalmente, à diversidade de pessoas de costumes e crenças distintas.

Os letramentos, para além das habilidades de ler e escrever; podem ser melhor compreendidos como um conjunto de práticas sociais, cujos modos específicos de funcionamento têm implicações importantes para as formas pelas quais os sujeitos envolvidos nessas práticas constroem relações de identidades e de poder (SOUZA, 2011, p. 35).

A definição de Souza (2011) evidencia os variados valores que os letramentos assumem na sociedade a depender do contexto sociocultural. Por isso, os letramentos são múltiplos e são também críticos. E é preciso inserir a diversidade racial fundamentada na educação para as relações étnico-racial a partir da educação infantil a fim de garantir cidadãos conscientes, respeitosos, e que promovam a igualdade e justiça. Nesta que é, a etapa categórica (educação infantil) para iniciar a imagem positiva das diversas etnias, oportunizando uma construção sadia e respeitosa para consigo e com o próximo.

Embora a escolarização ainda esteja marcada pela negação do outro ou pela escravização, imbricada numa história única, Adichie (2018), a escola precisa superar a tendência ocidental que até os dias de hoje, tende a cristalizar suas práticas. E tomar uma postura emancipadora, passando a contar a história que não nos foi contada, sob o olhar e o ponto de vista do povo que foi, durante anos, negado e silenciado, promovendo conhecimento de um mundo letrado dos povos e civilizações que foram subalternizados, por meio da língua e da cultura ocidental.

A batalha contra as línguas e a cultura dos povos originários e os afrodescendentes configuram o epistemicídio<sup>3</sup>. Santos (1997) vai conceituar como a “morte do saber”, o extermínio do conhecimento do outro, através da definição do que é saber/conhecimento

---

<sup>3</sup> Epistemicídio é um termo criado pelo sociólogo e estudioso das epistemologias do Sul Global, Boaventura de Sousa Santos, para explicar o processo de invisibilização e ocultação das contribuições culturais e sociais não assimiladas pelo ‘saber’ ocidental. Esse processo é fruto de uma estrutura social fundada no colonialismo europeu e no contexto de dominação imperialista da Europa sobre esses povos.

válido e do que não é. E tudo que era proveniente desse povo era endemoniado, expurgado, expropriado para que estes pudessem ser aceitos como civilizados pelos ocidentais. Os indígenas eram os dóceis da terra e os africanos/ afrodescendentes os selvagens da floresta, enquanto os ocidentais eram os “bons heróis” que irião catequizar e civilizar esse povo com seu letramento colonial cristão para a salvação. Já que este extermínio linguístico e cultural era comandado pela Companhia de Jesus.

Em boa parte, é por meio da linguagem que o racismo se mantém e se perpetua de modo aparentemente “invisível”. Para evitar confrontos, é comum a tentativa de amenizar ou mesmo negar manifestações racistas, sobretudo aquelas que se dão de formas veladas, como, por exemplo, no modo de pronunciar uma expressão, na ironia, num falso e perigoso jogo de palavras.

. A maioria de nós, aprendeu a história europeia, mas somente essa história não contempla as múltiplas histórias de cultura do mundo. Contar a história do povo branco escravocrata, como o detentor do saber, como o inventor da língua universal e com uma civilização a ser seguida como padrão, fez parte do tempo colonial e não se aplica mais a nossa sociedade. E isso nos leva a refletir sobre quando tivemos espaço para estudar a história da África, de nossos antepassados que vieram desse continente, numa diáspora imposta pela escravização? Quando aprendemos a história dos reinos e impérios africanos? Quando nos contaram sobre suas lutas e resistência para não serem escravizados e expropriados de sua história, crença, família, cultura e identidade?

Hoje temos acesso a estas histórias contadas sob o a perspectiva do olhar negro, das letras e linguagem negra, sob o crivo da Lei 10.639/03, que nos garante conhecê-la para desconstruir “verdades”, pensamentos e ações impostas ao longo dos anos. Embora, a sociedade contemporânea apresente novos modelos sociais distintos do modelo tradicional ocidental, somos condenados a colonialidade<sup>4</sup>, a forma mais cruel do colonialismo. E se, a escola não buscar desenvolver novas práticas de letramento, continuaremos cristalizando os saberes ocidentais, impostos agora, por meio do capitalismo e da ação midiática.

---

<sup>4</sup> A colonialidade se refere à ideia de que, mesmo com o fim do colonialismo, uma lógica de relação colonial permanece entre os saberes, entre os diferentes modos de vida, entre os Estados-Nação, entre os diferentes grupos humanos e assim por diante. O termo colonialismo tem seu entendimento limitado ao período específico da colonização, a colonialidade se refere ao vínculo entre o passado e o presente, no qual emerge um padrão de poder resultante da experiência moderna colonial.

Tal problemática nos faz pensar que a garantia da implementação e manutenção da Lei 10.639/03 alterada pela Lei 11.645/08, que atende não apenas, aos interesses dos afro-brasileiros e dos povos indígenas, mas de todos os brasileiros, deve ser um trabalho de todos nós, que formamos a escola. Para tal, precisamos mobilizar todas as identidades de raça, e realizar um trabalho de letramento crítico, no contexto escolar, na perspectiva de estabelecer um estudo multicultural que fomente a construção de sujeitos que conheçam suas histórias, criem suas identidades e empodere-se enquanto sujeito social para a garantia de uma sociedade mais justa e igualitária.

## **LETRAMENTOS RACIAL**

O debate sobre a necessidade de instrumentos para entender a dinâmica racial é o primeiro passo para se chegar às atitudes antirracistas tão em evidência na atualidade. E neste cenário o conceito de letramento racial foi empregado pela primeira vez pela socióloga afro-americana France Winddance Twine<sup>5</sup>, em 2003 com propósito inicial de desconstruir o racismo nas identidades raciais brancas. No Brasil, foi traduzido pela psicóloga e pesquisadora Lia Vainer Schucman (2012), em sua tese de doutorado como “Letramento Racial”. Que o define como um conjunto de práticas para ensinar crianças/jovens/adultos a desconstruir formas de pensar e agir que foram naturalizadas. E o caminho para esta desconstrução seria a educação, uma vez que fomos educados a partir de uma visão de mundo eurocêntrico, embranquecida e que o racismo é uma ideologia que se cobiça permanente como garantia de privilégio.

Deste então, entende-se o letramento racial como um conjunto de práticas de letramento que tem por objetivo conscientizar todos os envolvidos da estrutura e do funcionamento do racismo na sociedade e torná-lo capaz de reconhecer, criticar e combater atitudes racistas em seu cotidiano. Por isso, para a educação das relações étnico-racial é um instrumento basilar para a desconstrução do pensar e agir racista, tendo como princípio cinco fundamentos para superar as impossibilidades de construir relações mais humanizadas, a saber:

---

<sup>5</sup> France Winddance Twine é professora de sociologia, etnógrafa, documentarista e teórica racial feminista cuja pesquisa é interseccional, internacional e inovadora. A alfabetização racial, uma das principais contribuições teóricas de Twine, refere-se a formas de trabalho intelectual, práticas culturais e estratégias empregadas para combater e responder ao racismo.

1. O reconhecimento da branquitude. Conforme Bento (2022), a branquitude é a produção de uma identidade racial que coloca o branco como padrão de referência de toda uma espécie. Dessa forma, o que não está dentro do padrão (homem, branco) é discriminado em nossa sociedade. A branquitude é entendida como uma posição ocupada por sujeitos privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, produzidos pelo colonialismo e imperialismo, mantidos e preservados atualmente (Schucman, 2014).

2. O entendimento de que o racismo é um problema contemporâneo. Esse legado histórico legitima e se reproduz todos os dias e precisamos estar em vigilância e letrados para não contribuímos com tais práticas. O racismo faz parte da estrutura da nossa sociedade e é determinante nas relações sociais. A relação de superioridade da raça branca sobrepõe à raça negra trazendo efeitos negativos, que diariamente precisa enfrentar obstáculos para possuir uma vida digna. Se faz necessária uma intervenção no âmbito educacional que aponte a caminhos para superar o racismo estrutural<sup>6</sup>. Nesse sentido, as ideologias de combate ao racismo devem oportunizar a desconstrução do saber hegemônico, permitindo a partir da proposta de letramento não segregar os indivíduos no que tange sua raça, religião, gênero, sexualidade, classe social, deficiência, entre outros condicionantes sociais.

3. O entendimento que o racismo é aprendido. É o resultado das práticas sociais, não nascemos racistas, aprendemos, a ser. Imaginem a cena: duas crianças, uma branca e uma negra, estudam em uma escola. A criança branca entra na escola e o porteiro é negro, as pessoas dos serviços gerais são negras, a professora é branca, a coordenadora é branca. Isso tacitamente está ensinando a ela que quem se parece com ela ocupa um espaço de autoridade sobre ela. Agora imagine a criança negra na mesma cena. Pessoas brancas, que são diferentes dela, ocupam um lugar de autoridade sobre ela.

Este é um exemplo da história brasileira, marcada pela violência da colonização, que produziu sistemas de dominação que obrigam ativamente as pessoas negras a internalizarem percepções negativas da negritude, como afirma (hooks, 2019). Por isso, representatividade é tão importante, porque vai quebrando essa lógica dos lugares sociais.

---

<sup>6</sup> Almeida (2018), define racismo estrutural como sendo um conjunto de práticas, hábitos, valores institucionalizados na sociedade brasileira, onde o homem branco é concebido como norma, como universal e, portanto, não racializado. O homem negro é visto e tratado como elemento inferiorizado, racializado e exposto a toda sorte de violências. Instituições como o Direito, a Ideologia, a Economia e o Estado agem conjunta e interdependentemente na produção de um *ethos* racista no nosso processo histórico

4. Se apropriar no vocabulário racial. O racismo sutil por trás das palavras e/ou expressões. Você sabia que diversas expressões presentes no cotidiano dos brasileiros são racistas? É comum escutar, por exemplo, “vou dormir cedo que amanhã é dia de branco” ou “olha que mulata bonita”. Podem parecer simples “brincadeiras” ou “só jeito de falar”, mas essas palavras são e têm origens na época colonial, quando os negros foram trazidos da África para serem escravizados no Brasil, um longo e triste período da nossa história e com consequências negativas até hoje.

Essa linguagem contribui para o processo de desqualificação dos negros, que representam a maioria da população brasileira, e reforçam no inconsciente coletivo da sociedade a relação preconceituosa entre negritude e negatividade;

5. A capacidade de interpretar os códigos racistas. Ações, movimentos e atitudes que manifestem racismo. Quando a sociedade se instrumentalizar e adquirir letramento racial, ficará muito mais fácil perceber o racismo acontecendo, para além das ofensas e realizar as intervenções necessárias para que a ação seja desconstruída. Insistem na postura violenta de destruir a identidade do sujeito negro e na pretensa hierarquia racial.

Essa fundamentação como ponto de partida para o letramento racial promove a (re)educação racial na perspectiva de desconstruir o agir e o pensar naturalizado e normatizado socialmente, oportunizando às pessoas negras desconstruir o imaginário racista e às pessoas brancas desconstruir o imaginário de superioridade. É preciso, conforme aponta Schucman (2018), que cada um faça movimentos paradoxais de reconhecer os danos causados pela desigualdade racial vivenciada em nosso país e, ao mesmo tempo, busque superar a lógica opressora de racialização dos sujeitos.

Já a escola, deve estabelecer um estudo multicultural que fomente a construção de sujeitos que conheçam suas histórias, criem suas identidades e empodere-se enquanto sujeito social para a garantia de uma sociedade mais justa e igualitária. Vale ressaltar que não será a exclusão da história ocidental, mas a inserção das outras histórias que foram negadas. Para que haja representação de todos os sujeitos que contribuíram na formação da sociedade brasileira, promovendo o conhecimento de outros tipos de representações e padrões a serem seguidos, sanando assim, com o epistemicídio e avançando caminhos que conduzam uma educação antirracista.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O letramento racial é um conceito potente que convoca à reflexão e exige posicionamento teórico e prático, desta forma a escola precisa promover formações sobre

o tema e, preferencialmente, ter uma coordenação ou equipe de trabalho para conduzir a formação continuada sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena e as questões raciais. Essa equipe deve ser apresentada às famílias com intuito de possibilitar a acolhida da ação escolar por todos os familiares, além de assegurar aos responsáveis as posturas que serão tomadas em casos de racismo. É preciso que ela esteja preparada para proporcionar práticas de letramentos efetivas para a desconstrução do pensamento colonial.

É necessário perceber que existe um problema quando numa relação social pessoas identifica, classifica e discrimina outras a partir de determinados códigos e práticas dirigidas pelo racismo. Daí a importância deste letramento iniciar na educação infantil, pois é necessário fazê-la compreender o racismo na sociedade e porque ele deve ser combatido. Dentro e fora da escola, o letramento racial crítico pode dar voz aos indivíduos tanto negros quanto brancos (FERREIRA, 2006).

Diante de tantos casos de racismo e violações dos direitos à igualdade racial, a educação tem um papel fundamental no enfrentamento das desigualdades, já que o direito de aprender ainda não está garantido a todos. E a Lei 10639/03, neste sentido é um marco histórico, pois recomenda que as instituições de ensino público e privado ofertem uma educação que promova a incorporação da diversidade étnico-racial não apenas em suas propostas pedagógicas escolares, mas também em materiais didáticos e principalmente em seus discursos, atitudes e ações diárias. Proporcionando uma política educacional com compromisso de valorizar as contribuições dos povos africanos e seus descendentes para a construção do nosso país.

A proposta para a educação das relações étnico-racial deve apresentar o compromisso de valorização da cultura afro-brasileira e indígena e proporciona as crianças desde a educação infantil a compreensão de que não somos inferiores ou superiores, biologicamente falando, a ninguém, mas que sócio historicamente foi construído hierarquizações que nos segregavam, inferiorizavam, invisibilizavam e que por isso devemos conhecer outras histórias para superar, pela via educacional o racismo que vivenciamos em nossa sociedade.

Desta forma, entende-se que a educação para as relações étnico racial deve trabalhar na perspectiva de estabelecer um estudo multicultural que fomente a construção de sujeitos que conheçam suas histórias, criem suas identidades e empodere-se enquanto sujeito social para a garantia de uma sociedade mais justa e igualitária. Vale ressaltar que não será a exclusão da história ocidental, mas a inserção das outras histórias que foram

negadas. Para que haja representação de todos os sujeitos que formam a sociedade brasileira, promovendo o conhecimento de outros tipos de representações e padrões a serem seguidos, sanando assim, com o epistemicídio e avançando caminhos que conduzam uma educação plural.

## REFERÊNCIAS:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Neide A. de. **Letramento racial: um desafio para todos nós**. Portal Geledés, 28 out. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/letramento-racial-um-desafio-para-todos-nos-por-neide-de-almeida/> . Acesso em: 27 jan. 2024.

BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB Lei nº 9394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.645/08**, de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa** /Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília :144p.1.1998.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Narrativas e Contranarrativas de Identidade Racial de Professores de Línguas**. Revista da ABPN. Florianópolis: Revista ABPN. v.6, n.14, p. 236-263, jul./out., 2014.

\_\_\_\_\_. **Letramento Racial Crítico através de narrativas autobiográficas: com atividades reflexivas/** Aparecida de Jesus Ferreira. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015. (Série Referência) 208p.

\_\_\_\_\_. **Formação de Professores Raça/Etnia reflexões e sugestões de materiais de ensino em português e inglês**. 2. ed., Cascavel, PR: Assoeste. 2006. 148p.

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

MOREIRA, A. F. (2000). O campo do currículo no Brasil: os anos noventa. In: CANDAU, V. M. (org.). **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro: DP&A.

ROJO, Roxane. **Letramentos Múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009, 128p.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice**. O Social e o Político na Pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 4. ed, 1997, 348p.

SCHUCMAN, Lia. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 14.

\_\_\_\_\_ Lia V. **Sim, nós somos racistas**: estudo psicossocial da branquitude paulistana. Psicologia e Sociedade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOUZA, A. L. **Letramentos de Reexistência**: poesia, grafite, música, dança: hip hop. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

STREET, Brian. **Letramentos Sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação? Brian V. Street; tradução Marcos Bagno. – 1. ed.- São Paulo: Parábola Editorial. 2014.